

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Rainha suspende mudança da Secretaria de Obras

O conselheiro Renato Rainha, do Tribunal de Contas do DF, suspendeu por liminar a contratação da empresa Remmo Participações Ltda. para locação de imóvel para a instalação da sede da Secretaria de Obras do DF. A decisão foi tomada com base em representação do Ministério Público de Contas, que apontou excesso de exigências na escolha do imóvel que podem ter resultado em direcionamento para empresa que pertence à família do deputado federal Eunício Oliveira (MDB-CE). A Secretaria de Obras, que nas últimas duas décadas estava alojada na sede da Novacap, precisou ser transferida para outro local. A exigência para mudança era conseguir um imóvel com 3 mil metros quadrados no SIA, próximo à Novacap. A transferência da equipe está prevista para este mês. O valor inicial da estimativa saltou, em apenas quatro meses, de R\$ 2.610.000 para R\$ 3.548.270. Depois de uma breve negociação, o aluguel final ficou em R\$ 277,5 mil mensais. Segundo o MPCDF, a princípio, a Secretaria de Obras cogitou transferir apenas parte de seu pessoal, mantendo grande parte da equipe no local original, dentro da Novacap. A ideia era uma mudança parcial para uma área de 10% da alocada, no Plano Piloto, e a um custo bem mais baixo. Rainha deu prazo de 15 dias para que a Secretaria de Obras apresente esclarecimentos. O conselheiro abriu também a possibilidade de defesa para a empresa.



TJDFT julgou mais de 600 mil processos em 2025

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) julgou 607.441 processos e realizou 209.617 audiências durante o ano de 2025. Os números são do Painel Estatístico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na 1ª instância, foram julgadas 307.573 ações, o que representa mais de 50% do total. Os demais processos foram julgados pelo Juizado Especial (171.541), pelo 2º grau (111.473) e pelas Turmas recursais (16.854). Em 2025, segundo o painel do CNJ, o TJDFT recebeu 548.961 novos processos, sendo 435.734 distribuídos para o 1º grau e os julgados especiais. O número total é maior do que o de 2024. Naquele ano, foram ajuizadas 506.553 novas ações.

Problemas estruturais

A Secretaria de Obras e Infraestrutura informou à coluna que a locação de um imóvel no SIA foi necessária em razão da solicitação da Novacap, proprietária do prédio atualmente ocupado pela pasta, para a devolução do imóvel. "As edificações atualmente utilizadas pela Secretaria possuem há cerca de 40 anos de construção apresentam problemas estruturais e arquitetônicos graves, como rachaduras, infiltrações, precariedade do piso, avarias no telhado e fragilidade das redes elétricas, de dados, hidráulicas e de esgoto, o que demanda ampla reforma. Além disso, há limitação de espaço físico, agravada pela ampliação da estrutura administrativa da pasta e pelo aumento do número de servidores e estagiários", afirma a Secretaria de Obras.



JK: 70 anos

A posse de JK na Presidência da República completou ontem 70 anos. Uma data histórica do Brasil como nação e muito para os políticos da atualidade aprenderem.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

A Justiça do DF condenou uma servidora da UBS do Riacho Fundo a pagar uma indenização no valor de R\$ 3 mil por ter divulgado, sem consentimento, mensagens do telefone de uma colega. O aplicativo de WhatsApp de uma gerente ficou aberto no computador do trabalho e a servidora copiou e divulgou o conteúdo de conversas, o que teria provocado um enorme constrangimento para a autora das mensagens. A Justiça considerou essa prática passível de condenação por danos morais.



As assistidas

A Secretaria da Mulher do DF conta com um importante programa voltado para mulheres vítimas de violência que garante atendimento gratuito com psicólogas e advogadas, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. O núcleo conta com uma equipe especializada e preparada para lidar com casos de violência, além de encaminhar, quando necessário, para outros serviços da rede de proteção, como a Casa da Mulher Brasileira, em Ceilândia. As mulheres atendidas são chamadas de "assistidas".



À QUEIMA-ROUPA CONSELHEIRO MANOEL DE ANDRADE, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF)

Presidente, Brasília está vivendo um momento de turbulência nesse debate nacional sobre o Banco Master e o BRB. Qual vai ser o papel do DF na apuração desse episódio?

Brasília e o Tribunal de Contas estão acompanhando, pari passu, todo o desdobramento, aquilo que é próprio do Tribunal de Contas, o contrato que nós não temos acesso ainda, porque a matéria está sendo investigada na área federal... Mas nós estamos acompanhando. Com muita ansiedade também, muita preocupação, porque, afinal de contas, é um patrimônio do Distrito Federal.

Qual é o papel do Tribunal de Contas nesse caso?

Os gestores que são sujeitos à nossa jurisdição responderão pelo ato lesivo, em Tomada de Contas Especiais, em reposição do quanto, se porventura acontecer, foi sugado, ter que ser devolvido.

Pelo acompanhamento que o Tribunal de Contas faz das contas públicas, como é que o senhor avalia a

possibilidade de o Distrito Federal ter, possivelmente, que fazer um aporte ou um empréstimo para cobrir um prejuízo do BRB? É possível?

É possível, mas haverá de responsabilizar os causadores. É uma ação regressiva, cobra a devolução de quem deu causa para repor o patrimônio. Ninguém pode dispor daquilo que não é dele. O patrimônio do BRB pertence a todos os brasileiros. De repente, há pessoas que estão em outra unidade federada que têm conta do BRB. Essa responsabilização vai recair em quem deu causa e, com certeza, o tribunal vai ter que fazer os processos naturais de tomada de contas especiais para apurar o quanto. E, no tocante, a um possível empréstimo do erário, do Poder Público, mandar dinheiro para lá, essa relação de negócio terá que ser avaliada pelo Tribunal de Contas. Também dentro da perspectiva de fazer com que quem deu causa responder e devolver aquilo que foi subtraído.

Esse processo no TCDF depende do andamento na justiça ou corre paralelamente, independentemente?

Tem representações já no tribunal para avaliar isso. O governador mandou mensagem para a Assembleia aprovar o negócio com o Master. Não passou por aqui esse aspecto, mas agora em razão de dinheiro público estar envolvido, com certeza, nós vamos atuar naquilo que faz parte da nossa competência.

Isso inclui também avaliar a participação de políticos com



mandato? O tribunal pode punir?

Não é punir, mas a nossa responsabilidade é civil. É reparação de danos financeiros. A questão penal, afinal, é de competência do Poder Judiciário. O TCDF pode, também, porventura, se acontecer, encontrar agentes políticos e públicos envolvidos, com certeza vão ser alvos as ações próprias no caso concreto.

No plenário do TCDF, recentemente, o senhor chegou a fazer um pronunciamento sobre o espanto que tem causado ao senhor todas essas denúncias que têm surgido. Qual é a avaliação que o senhor faz hoje pelo que já foi divulgado, pelo que já viu desse caso?

Cada dia eu me assusto mais. Quando eu vejo aqui pessoas negando, que conversaram com outros, depois não conversaram nada... É preciso que quem está no fronte da investigação que vá a fundo, investigue,

oportunizando o pleno direito de defesa, mas que investigue, mostre à sociedade o tamanho do problema, que repercute para todos os brasileiros. É o servidor público, é a Previdência, são os investimentos, são as contas-correntes, tudo isso está envolvido nessa questão.

O senhor considera essa a maior crise que o brasileiro já viveu?

São grandes crises. Essa é grande. Essa é grande porque envolve uma massa gigante de agentes supostamente envolvidos.

O senhor acha que em um curto período tudo isso vai ser solucionado?

É preciso, né? Nós temos que agilizar. Claro, oportunizando o princípio da defesa contraditória. Isso aí não tenho dúvida. Mas é preciso mostrar que tudo está aflorado de maneira solar, para que as pessoas conheçam, porque o cidadão precisa ter respostas. Não só o agente graduado não, é o cidadão comum, é o microempresário, é até o desempregado. Pertence a todos. Então, essas pessoas têm que saber, para até se nortear, sobre quem merece a confiança do povo.

O senhor acha que o BRB deve ser salvo, independentemente do que aconteceu, se for necessário um aporte de recursos?

O BRB precisa ser preservado. Os agentes responsabilizados, uma coisa não interfere na outra. Uma coisa é a entidade financeira que precisa sobreviver. Agora quem deu causa precisa pagar o que fez.

Qual que é a importância do BRB para Brasília?

Regula, gera possibilidades, gera confiança. É um agente brasileiro importante para o desenvolvimento da cidade. É muito importante. Agora é preciso que as pessoas que deram causa, ou estão dando causa ao prejuízo, que sejam responsáveis e venham a repor tudo o que fizeram de errado para recompor o patrimônio do banco.

Quando o senhor fala que fica cada dia mais espantado, isso quer dizer que essa cena faz lembrar o quê?

Há tantas coisas, viu? Tantas coisas aconteceram. Caixa de Pandora e outras coisas mais para trás. Tantas coisas que aconteceram em Brasília e acontecem. Mas hoje parece que está fugindo à compreensão, dada a sua aspiral.

Envolve a República?

É, envolve a República. Agora, para Brasília é muito grande, porque Brasília sozinha está pagando um preço pesado. A União é grande, há uma diluição maior, mas aqui não. O preço é pesado, porque é concentrado.

O que está acontecendo?

Eu sempre comentei isso, comentei algo que está estranho, não é possível. Tanto crescimento, ultrapassando o limite da nossa exosfera. Estamos fora da atmosfera do nosso planeta. Quando isso acontecer, você vai à deriva. Você vai para o espaço sideral, e nós não temos mais controle. O grande problema é perder o controle, né? Se já chegou tanto que fugiu ao controle.